

A formação do profissional que trabalha com ABA e TEA no Brasil: Recomendações preliminares

A divulgação da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) como a base de uma intervenção eficaz para indivíduos diagnosticados com TEA está bem documentada (Lovaas, 1987; McEachin, Smith & Lovaas, 1993; Bibby, Eikeseth, Martin & Mudford, 2002; Howard, Sparkman, Cohen, Green & Stanislaw, 2005; Eikeseth, Smith, Jarh & Edkevik, 2007; Hayward, Eikeseth, Gale & Morgan, 2009; Weissman & Bridgemohan, 2014; Howard et al., 2014). Justamente por isso, a diretoria da ABPMC tem sido recorrentemente convocada a responder sobre a formação do profissional que trabalha com intervenções baseadas em ABA para indivíduos com TEA: afinal, qual é a formação adequada para esse profissional? Trata-se de um curso universitário, de aprimoramento ou de pós-graduação? Como encontrar um profissional adequadamente capacitado?

Para nós, membros da Comissão de Desenvolvimento Atípico da ABPMC, responder a essas questões não tem sido fácil. Entre outras razões, porque não há um único caminho para que a formação desse profissional ocorra e nem um curso específico que forme esse profissional de forma completa. A formação deste profissional é composta por uma série de conhecimentos e habilidades que envolvem a formação teórica e prática sobre as melhores práticas de ensino para o TEA.

A legislação brasileira que regulamenta e prescreve a assistência às pessoas com o diagnóstico de TEA não apresenta diretrizes sobre a formação e a atuação do Analista do Comportamento com TEA. Por essa razão, recorreremos a alguns documentos internacionais na tentativa de verificar recomendações mínimas, relacionadas aos conhecimentos e experiências que um prestador de serviço deve possuir, para exercer sua prática em ABA com qualidade.

Para tanto, estudamos documentos que visam nortear a contratação de um profissional com formação em ABA¹. A análise desses documentos serviu de guia para, sob a luz da realidade brasileira, listar habilidades e competências mínimas que devem ser exibidas pelos profissionais. Com isso, objetivamos: 1) auxiliar os profissionais a construir sua formação e 2) aos consumidores, a buscar profissionais capacitados.

Como produto desta análise preliminar, a Comissão de desenvolvimento atípico da ABPMC recomenda que os profissionais tenham formação mínima que abarque os seguintes conteúdos teórico-práticos:

¹ Um conjunto de documentos foi produzido pelas instituições SIG ABAI – Special Interest Group – Autism ABAI e BACB®. O outro é de autoria de instituições governamentais e não governamentais, sem fins lucrativos, considerados referência na recomendação de diretrizes de práticas baseadas em evidências para a contratação de serviços ligados às demandas decorrentes do TEA para consumidores, a saber NPDC (The National Professional Development Center on Autism Spectrum Disorder), NAC (National Autism Center) e ONTABA (The Ontario Association for Behaviour Analysis Inc.). As referências completas dos documentos analisados aparecem sinalizadas por asteriscos na seção de Referências deste texto.

- Conceitos básicos da Análise do Comportamento
- Comportamento verbal
- Avaliação funcional
- Manejo de comportamento problema
- Procedimentos de ensino em Análise do Comportamento Aplicada
- Treino de aplicadores, cuidadores, professores etc.
- Avaliação inicial e contínua (técnicas de observação, registro, análise de dados e monitoramento de intervenção)
- Prática supervisionada e discussão com pares.

E onde encontramos essa formação no Brasil?

No Brasil, a Análise do Comportamento é uma disciplina científica estudada de forma mais frequente em cursos de graduação de Psicologia. A ênfase do ensino é, geralmente, em conceitos básicos e que são apresentados em um ou dois cursos semestrais. As disciplinas podem ser lecionadas por um especialista (com mestrado ou doutorado em Análise do Comportamento) ou por um professor que não é da área. A formação básica em Análise do Comportamento, mesmo dentro do curso de Psicologia, é bastante desigual e deficitária em nosso país. Desta forma, a graduação não é suficiente para formar o profissional com as habilidades listadas acima.

Fora da graduação, a formação do profissional pode se dar na pós-graduação (*stricto* ou *latu sensu*) ou em cursos livres (sem que haja a necessidade de que aluno tenha um diploma de graduação prévio). Os cursos *stricto sensu* abordam uma formação abrangente em Análise do Comportamento, norteando a formação para a docência e pesquisa. Os cursos *latu sensu* visam uma formação teórica e aplicada a prática do analista do comportamento. Os cursos livres, por outro lado, tendem a focar mais nas técnicas de intervenção comportamental, abarcando os conceitos teóricos e experimentais de maneira mais superficial. Todos eles têm sua contribuição e seu público-alvo de formação.

Atualmente, no Brasil, há poucos cursos credenciados de pós-graduação *stricto sensu* em Análise do Comportamento. De acordo com a avaliação quadrienal da CAPES divulgada em 2017, há apenas três programas de mestrado acadêmico, oito de mestrado e doutorado acadêmico e um de mestrado profissional em todo o país. A maioria dos cursos disponíveis são de pós-graduação *latu sensu* (cursos de especialização) ou cursos livres.

Destacamos, ainda, que existe uma certificação Americana/Internacional (BCBA²) disponível no mercado de formação. No entanto, essa certificação não é amplamente adotada no Brasil porque ela requer uma série de parâmetros políticos, burocráticos e de regimento profissional que não se aplicam ainda a nossa realidade. Isto de forma alguma invalida esta habilitação, porém o status atual da discussão no nosso país nos direciona para a construção de parâmetros próprios e adequados a nossa realidade. Isso porque, acreditamos que uma variável crítica neste processo é

² www.bacb.com

criar condições de democratização do conhecimento e formação profissional de boa qualidade minimamente acessível.

Por fim, a comissão entende que esse texto não pretende esgotar a complexidade do tema. A tentativa é de iniciar a discussão e informar a comunidade que vem demandando orientações sobre como identificar prestadores de serviço capacitados em ABA para TEA. Esta é uma jornada complexa e revolucionária e convocamos todos os interessados a contribuir e se envolverem de forma ativa e propositiva nesta construção.

Referências

- *Behavior Analyst Certification Board, Inc (2007). Task List for Board certified behavior analysts working with persons with autism. Behavior Analyst Certification Board: Tallahassee, FL. Retirado de:
<http://abacentrum.nl/wp-content/uploads/sites/6/2013/10/708AutismTaskListF.pdf>
- * Behavior Analyst Certification Board, Inc. (2014). *Applied behavior analysis treatment of autism spectrum disorder: Practice guidelines* for Healthcare Funders and Managers (2nd ed.). Retirado de: BACB website: https://bacb.com/wp-content/uploads/2016/08/ABA_Guidelines_for_ASD.pdf
- *Autism Special Interest Group (SIG) of the Association of Applied Behavior Analysis. (2007). *Consumer guidelines for identifying, selecting, and evaluating behavior analysts working with individuals with autism spectrum disorders*. Retrieved from Association of Professional Behavior Analysts website:
<http://www.apbahome.net/downloads/AutGuidelines.pdf>
- Bibby, P., Eikeseth, S., Martin, N. T., Mudford, O. C., & Reeves, D. (2002). Progress and outcomes for children with autism receiving parent-managed intensive interventions. *Research in Developmental Disabilities, 23*, 81–104.
- Eikeseth, S., Smith, T., Jahr, E., & Eldevik, S. (2007). Outcome for children with autism who began intensive behavioral treatment between ages 4 and 7: A comparison controlled study. *Behavior Modification, 31*, 264–278.
- Hayward, D. W., Eikeseth, S., Gale, C., & Morgan, S. (2009). Assessing progress during treatment for young children with autism receiving intensive behavioural interventions. *Autism, 13*, 613–633.
- Howard, J. S., Sparkman, C. R., Cohen, H. G., Green, G., & Stanislaw, H. (2005). A comparison of intensive behavior analytic and eclectic treatments for young children with autism. *Research in Developmental Disabilities, 26*, 359-383.
- Howard, J. S.; Stanislaw, H.; Green, G., Sparkman, C. R.; Cohen, H. G. (2014). Comparison of behavior analytic and eclectic early interventions for young

children with autism after three years. *Research in Developmental Disabilities*, 35, p. 3326–3344.

Lovaas, O. I. (1987). Behavioral treatment and normal educational and intellectual functioning in young autistic children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55, 3-9.

McEachin, J. J., Smith, T., & Lovaas, O. I. (1993). Long-term outcome for children with autism who received early intensive behavioral treatment. *American Journal on Mental Retardation*, 97 (4), 359-372.

*National Autism Center. (2015). *Findings and conclusions: National standards project, phase 2*. Randolph, MA: Author

*National Professional Development Center on Autism Spectrum Disorders (2010). The National Professional Development Centre on Autism Spectrum Disorders. Retirado de http://autismpdc.fpg.unc.edu/sites/autismpdc.fpg.unc.edu/files/NPDC_Flyer_2010.pdf

Weissman, L. & Bridgemohan, C (2014). Autism spectrum disorders in children and adolescents: *Behavioral and educational interventions*. UpToDate edited by Mary M Torchia. Disponível em http://www.uptodate.com/contents/autism-spectrum-disorder-in-children-and-adolescents-behavioral-and-educational-interventions?source=search_result&search=autism&selectedTitle=9%7E150.

*Wong, C., Odom, S. L., Hume, K. A., Cox, C. W., Fettig, A., Kurcharczyk, S., et al. (2015). Evidence-based practices for children, youth, and young adults with autism spectrum disorder: A comprehensive review. *Journal of Autism and Developmental Disorders*. Advance online publication. doi: 10.1007/s10803-014-2351-z